



INFRA S.A.
ASSEMBLEIA GERAL
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA EXECUTIVA
PRESIDÊNCIA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Documento nº 9284475/2025/SULIC-INFRASA/DIRAF-INFRASA/PRESI-INFRASA/DIREX-INFRASA/CONSAD-INFRASA/AG-INFRASA

Brasília, na data da assinatura.

Processo nº 50050.006580/2024-15

Interessado: Superintendência de Gestão Ambiental e Territorial, Gerência de Licenciamento Ambiental

RELATÓRIO DE ANÁLISE DE JULGAMENTO DE PROPOSTA E CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO
EDITAL Nº 027/2024

OBJETO: Contratação de empresa de engenharia consultiva especializada para execução dos serviços de **Revisão de Plano de Trabalho do PBA-CI, Atualização da Matriz do ECI e Elaboração do PBA-CI do Complexo Xavante**, bem como **Revisão do Plano de Trabalho do Plano Básico Ambiental do Componente Indígena - PT PBA-CI, Atualização da Matriz de Impactos do Estudo do Componente Indígena - ECI do Complexo Xingu**, já especificadas nos Estudos de Componente Indígena - ECI Xavante (8905868) e Xingu (8974494), conforme as especificações do Edital e de seus Anexos.

LICITANTE CLASSIFICADO EM 1º LUGAR:

1 - **DIALÓGICA SOCIOAMBIENTAL LTDA**, CNPJ: 26.062.519/0001-98;

Valor da Proposta Registrada: R\$ 4.149.000,00

1. **CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

Requisito	Atendimento	Análise
6.1 - Ramo de atividade compatível com o objeto da contratação.	Sim	Consultoria e Assessoria - Meio Ambiente

Requisito	Atendimento	Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente
6.2 - Constituída como pessoa jurídica.	Sim	Certidão (ões) - Dialógica - SEI nº 9286045 Documentação Jurídica - Dialógica (SEI nº 9288514)
6.3 - As empresas estrangeiras estabelecidas no Brasil que desejarem participar do processo licitatório deverão atender a todas as exigências do Edital mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados com tradução livre, no momento da licitação.	N/A	-
6.4 - As empresas estrangeiras que não funcionem no País, em regra, devem ter representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.	N/A	-
6.10. NÃO PODERÃO PARTICIPAR DA LICITAÇÃO:		
6.10.1 - A empresa cujos diretores, responsáveis legais ou técnicos, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo ou administrativo ou sócios pertençam, ainda que parcialmente, de empresa do mesmo grupo, ou em mais de 01 (uma) empresa que esteja participando desta licitação, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;	Sim	
6.10.2 - A empresa cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado da Infra S. A.;	Sim	Certidão (ões) - Dialógica - SEI nº 9286045
6.10.3 - Empresa suspensa de licitar e contratar com a Infra S. A.;	Sim	Documentação Qualificação Econômico Financeira - Dialógica (SEI nº 9288520)
6.10.4 - Empresa declarada inidônea pela União, por Estado, pelo Distrito Federal, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;	Sim	Declaração Unificada - Dialógica (SEI nº 9288480)
6.10.5 - Empresa constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;	Sim	
6.10.6 - Empresa cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;	Sim	
6.10.7 - Empresa cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;	Sim	
6.10.8 - Empresa que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea;	Sim	
6.10.9 - Empresa que tenha sofrido decretação de falência, dissolução, concurso de credores, ou insolvência, bem como que esteja em processo de liquidação, recuperação judicial ou extrajudicial e não apresente Plano de Recuperação aprovado e homologado judicialmente e com a recuperação já deferida, conforme Parecer nº 04/2015/CPLC/DEPCONSUS/PGF/AGU;	Não	Não foi encaminhada a Certidão de Falência e Concordata
6.10.10 - Empresa cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a Infra S. A. há menos de 6 (seis) meses;	Sim	
6.10.11 - Pessoa física com relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com dirigente ou empregado da Infra S. A., cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação, ou com autoridade do Ministério dos Transportes;	Sim	Certidão (ões) - Dialógica - SEI nº

Requisito	Atendimento	9286045 Documentação Análise
		Qualificação_Econômico_Financeira - Dialógica (SEI nº 9288520) Declaração Unificada - Dialógica (SEI nº 9288480)
6.10.12 - Empregado ou dirigente, como pessoa física, bem como à participação dele em procedimentos licitatórios, na condição de licitante;	Sim	
6.10.13 - Possua em seu contrato ou estatuto social finalidade ou objeto incompatível com a presente licitação;	Sim	
6.11.a - Regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;	Sim	
6.11.b - Regularidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;	Sim	
6.11.c - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa do Conselho Nacional de Justiça – CNJ;	Sim	Certidão (ões) - Dialógica - SEI nº 9286045
6.11.d - Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP;	Sim	Documentação Qualificação_Econômico_Financeira - Dialógica (SEI nº 9288520)
6.11.e - Certidão Negativa de Inidôneos emitida pelo Tribunal de Contas da União – CNI/TCU;	Sim	Documentação _Regularidade_Fiscal (SEI nº 9288522)
6.11.1 - Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas "b", "c" e "d" acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/).	Sim	
6.14. DA PARTICIPAÇÃO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS:		

Requisito	Atendimento	Análise
<p>6.14.1 - As ME/EPP deverão apresentar comprovação de enquadramento em um dos regimes, para que possa ter o benefício do tratamento diferenciado e favorecido na presente licitação, na forma do disposto na Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014.</p> <p>6.14.1.1. Como condição para aplicação do tratamento diferenciado, a Comissão consultará o Portal da Transparência do Governo Federal (www.portaldatransparencia.gov.br), seção “Despesas – Gastos Diretos do Governo – Favorecido (pessoas físicas, empresas e outros)”, para verificar se o somatório dos valores recebidos pela ME/EPP, no exercício anterior, extrapola o limite de R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), em caso de início de atividade no exercício considerado.</p> <p>6.14.1.2. A consulta também abrangerá o exercício corrente, para verificar se os valores recebidos até o mês anterior ao da sessão pública da licitação extrapola os limites acima referidos, acrescidos do percentual de 20% (vinte por cento).</p> <p>6.14.1.3. Constatada a ocorrência de qualquer das situações que extrapolar o limite legal, a Comissão indeferirá a aplicação do tratamento diferenciado em favor do licitante, conforme artigo 3º, §§ 9º, 9º-A, 10 e 12, da Lei Complementar nº 123/2006, sem prejuízo das penalidades descritas neste edital.</p> <p>6.14.1.4. A Comissão poderá exigir, além da Declaração de ME/EPP registrada na junta Comercial, a Demonstração de Resultado de Exercício – DRE para fins de confirmação da Receita Bruta auferida no exercício anterior.</p>	Sim	

2. PARTICIPAÇÃO SOB A FORMA DE CONSÓRCIO

Requisito	Atendimento	Análise
6.15.1 - Poderão participar da presente licitação empresas ou associações constituídas sob forma de consórcio, formado por até 3 (três) empresas , de acordo com as disposições constantes do Termo de Referência /Projeto Básico de cada grupo.	N/A	Empresa isolada

Requisito	Atendimento	Análise
<p>6.15.2 - As empresas ou associações constituídas sob forma de consórcio deverão apresentar o compromisso público ou particular de Constituição de Consórcio subscrito pelos consorciados, discriminando e determinando:</p> <p>a) A empresa líder do Consórcio, que será responsável pelo cumprimento das obrigações das consorciadas e pela operação do Sistema;</p> <p>b) Conferir à líder amplos poderes para representar as consorciadas no procedimento licitatório e de Contrato, receber o preço do Serviço, dar quitação, responder administrativamente e judicialmente, inclusive receber notificação, intimação e citação;</p> <p>c) Regular a participação de cada consorciada na execução dos serviços, bem como a participação percentual de cada consorciada no Preço;</p> <p>d) As obrigações e a responsabilidade solidária de cada consorciado pelos atos praticados por qualquer deles, tanto na fase da licitação quanto na de execução do contrato dela eventualmente decorrente;</p> <p>e) Compromisso dos consorciados de que não se constituem nem se constituirão, para os fins do consórcio, em pessoa jurídica e de que o consórcio não adotará denominação própria diferente da de seus integrantes;</p> <p>f) O prazo de duração de consórcio, que deve, no mínimo, coincidir com o prazo de conclusão do objeto licitatório, até sua aceitação definitiva;</p> <p>g) Os consorciados deverão apresentar compromisso de que não alterarão a constituição ou composição do consórcio, visando manter válidas as premissas que asseguram a sua habilitação, salvo quando expressamente autorizado e atestado pelo Gestor do Contrato ou autoridade superior.</p>	N/A	
6.15.3 - As empresas ou associações constituídas sob a forma de consórcio deverão apresentar os documentos de habilitação exigidos no edital por parte de cada consorciado.	N/A	
6.15.4 - Para efeito de qualificação econômico-financeira, cada consorciado deverá comprovar sua qualificação na proporção de sua respectiva participação, com o acréscimo de 30% (trinta por cento) dos valores exigidos para os licitantes consorciados, inexigível este acréscimo para os consórcios compostos em sua totalidade por ME/EPP.	N/A	
6.15.5 - Para efeito de qualificação técnica, será válido o somatório dos quantitativos de cada consorciado ou a apresentação isolada por um único consorciado. Neste último caso, a consorciada ficará impedida de retirar-se do consórcio.	N/A	
6.15.6 - No caso de consórcio entre empresas brasileiras e estrangeiras, a liderança caberá, obrigatoriamente, à empresa brasileira.	N/A	
6.15.7. A líder do consórcio será a representante junto à CPL para os efeitos de comunicações, diligências ou avisos, seja ao consórcio ou a consorciada, e deverá deter poderes específicos para receber as instruções em nome de todos os demais membros.	N/A	

3. PROPOSTA DE PREÇOS

Requisito	Atendimento	Análise
11.1 - Proposta emitida em documento timbrado que identifique o licitante, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, datada e assinada por seu representante legal ou procurador, com indicação do número da cédula de identidade, órgão emissor, número de CPF e cargo por ele ocupado na empresa.	Sim	E-mail _Negociação_Dialógica (SEI nº 9286043) Proposta - Dialógica (SEI nº 9288476)
11.1.a - O número do Edital, data e hora da sua realização.	Sim	
11.1.b - O nome, a razão social da licitante, CNPJ, endereço, telefones, fax, endereços eletrônicos e funcionário de contato.	Sim	
11.1.c - As especificações detalhadas do(s) bem(ns)/serviço(s) ofertado(s).	Sim	
11.1.d - O prazo de validade não inferior a 120 (cento e vinte) dias, contados da data de abertura da licitação. 11.2. Caso o prazo de validade não esteja expressamente indicado na proposta, considerar-se-á o prazo de 120 (cento e vinte) dias consecutivos para efeito de julgamento.	Sim	
11.1.e - O preço ofertado deverá ser expresso em REAL (R\$), limitado a 02 casas decimais, devendo ser desprezadas as demais.	Sim	
11.1.f - Para fins de cálculo das planilhas, somente serão consideradas 2 (duas) casas decimais, sendo as demais desconsideradas, não sendo permitido o arredondamento. A licitante deverá “truncar” a planilha de preços de modo a evitar dízimas que culminem em erros de cálculo.	Sim	
11.1.g - Os dados bancários para recebimento (pagamento) em nome da licitante: Nome e número do Banco, agência e conta corrente.	Sim	
11.1.h -Eventuais Memórias de Cálculo que se fizerem necessárias, caso solicitado;	Não	
11.1.i - Proposta digitalizada, devidamente assinada pelo representante da empresa e a planilha em meio editável (excel)	Não	
11.1.j - Planilha de Custos Unitários	Não	
11.1.k - Composição de BDI	Não	
11.1.l - Demonstrativo da Composição do Preço Orçado indicando as despesas fiscais, o detalhamento dos custos administrativos e das despesas indiretas	Não	
12.3. Consideram-se inexecuíveis as propostas com valor global inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores. 12.3.1. Média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor do orçamento estimado pela Infra S. A.; ou 12.3.2. Valor do orçamento estimado pela Infra S. A. 12.5. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 80% (oitenta por cento) do valor orçado, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis no Instrumento Convocatório, em conformidade com o § 6º, do art. 44 do Regulamento de Licitações e Contratos da Infra S.A., assim calculada: [(Valor Estimado X 80%) - Valor da Proposta] = Valor a ser Garantido na Garantia Adicional. 12.6. A Comissão de Licitação poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta ou exigir do licitante que ela seja demonstrada. 12.7. A Comissão conferirá ao licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta por meio de diligência realizada no curso do procedimento licitatório.	N/A	

4. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Requisito	Atendimento	Análise
Habilitação Jurídica		
13.2.1 - Documento de Identificação contendo todos os dados dos responsáveis legais da proponente.	Sim	Certidão (ões) - Dialógica - SEI nº 9286045
13.2.2. No caso de empresário individual : Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis na Junta Comercial da respectiva sede.	N/A	N/A
13.2.3. No caso de sociedade empresária ou sociedade limitada unipessoal - SLU : Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores devidamente publicados e acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.	N/A	
13.2.4. No caso de sociedade simples : Inscrição do Ato Constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local da sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.	N/A	N/A
13.2.5. No caso de microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) : Certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de ME/EPP, nos termos do art. 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC. Caso julgue necessário, o Presidente da CPL poderá solicitar a Demonstração do Resultado do Exercício – DRE para fins de aferição da Receita Bruta.	Sim	Certidão (ões) - Dialógica - SEI nº 9286045 Documentação Jurídica - Dialógica (SEI nº 9288514) Documentação Qualificação Econômico Financeira - Dialógica (SEI nº 9288520)
13.2.6. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País : decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.	N/A	N/A
13.2.7. Procuração por instrumento público , comprovando a delegação de poderes para assinatura e rubrica dos documentos integrantes da habilitação e propostas, quando estas não forem assinadas por diretor(es) com poderes estatutários para firmar compromisso.	N/A	N/A
13.2.8. Compromisso de Constituição do Consórcio , se for o caso e nos termos deste Edital.	N/A	N/A
13.4. Regularidade Fiscal		
13.4.1. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS; e	Sim	
13.4.2. Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União.	Sim	
13.5. Qualificação Econômico-Financeira		

Requisito	Atendimento	Análise
<p>13.5.1 - Certidão negativa de pedido de falência, recuperação ou liquidação judicial ou execução patrimonial, conforme o caso, expedida por Cartório Distribuidor Judicial do domicílio ou sede do licitante, expedida em data não superior a 120 (cento e vinte) dias e dentro da validade. Caso não conste validade expressa, entende-se válida as certidões emitidas nos últimos 120 (cento e vinte) dias. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei nº 11.101/05, sob pena de inabilitação, devendo, ainda comprovar todos os demais requisitos de habilitação.</p>	Sim	<p>Certidão (ões) - Dialógica - SEI nº 9286045 Documentação Qualificação Econômico Financeira - Dialógica (SEI nº 9288520) Documentação Regularidade Fiscal (SEI nº 9288522)</p>
<p>13.5.2. Demonstração Financeira (Balanço Patrimonial acompanhado das Notas Explicativas - NE) do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.</p> <p>a) No caso de Sociedade Anônima, a demonstração financeira deverá ser apresentada na forma de publicação em órgão da imprensa público ou privado de acordo com a legislação vigente.</p> <p>b) A demonstração financeira deverá estar registrada na Junta Comercial ou órgão equivalente, devidamente assinada pelo representante legal da empresa e pelo contador responsável ou profissional equivalente devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;</p> <p>c) A demonstração financeira poderá ser apresentada por meio do SPED, nos termos do Decreto nº 8.683/2016. Caso a licitante opte pela apresentação por meio do SPED, deverá enviar:</p> <p>13.5.2.1. O Balanço Patrimonial completo, contendo o termo de abertura e encerramento;</p> <p>13.5.2.2. Recibo de entrega de Escrituração Contábil Digital - ECD junto à Receita Federal; e</p> <p>13.5.2.3. Notas Explicativas.</p> <p>13.5.3. Conforme RILC/INFRA, com base nos dados extraídos da Demonstração Financeira apresentada, será avaliada a capacidade financeira da empresa, da seguinte forma, acumuladamente:</p> <p>13.5.3.1. Comprovar possuir patrimônio líquido de 10% do valor estimado para a contratação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data pelo índice oficial (IGP-DI), devendo, neste caso, ser apresentada a respectiva memória de cálculo.</p> <p>13.5.3.2. E, acumuladamente, Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), necessariamente</p>	Não	<p>Relatório Financeiro SEI nº 9309649</p> <p>Balanço 2023 registrado na junta comercial - SEI nº 9286045 e 9288520</p> <p>CS = R\$ 88.000,00 PL = R\$ 88.000,00</p>

maiores ou iguais a 1,00 (um inteiro), onde, no caso de consórcio, deverão ser comprovados	Requisito	Atendimento	LG = 2,34 SG = 2,32, LC = 2,34 Análise
isoladamente, e serão apurados mediante as seguintes fórmulas: Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo LG = ----- -----; Passivo Circulante + Passivo Não Circulante Ativo Total SG = ----- -----; Passivo Circulante + Passivo Não Circulante Ativo Circulante LC = -----; e Passivo Circulante			Valor estimado: R\$ 4.796.566,73 10 % = R\$ 479.656,67 SD: R\$ 84.634,37 CCL: R\$ 86.939,64 NIG: R\$ 2.305,27
13.5.3.3. Se necessária a atualização do Balanço e do Patrimônio Líquido, deverá ser apresentado o memorial de cálculo correspondente.			
13.5.3.4. Em se tratando de consórcio:			
a) Fica estabelecido o acréscimo de 30% dos valores exigidos para a licitante individual, inexigível este acréscimo para os consórcios compostos em sua totalidade por micro e pequenas empresas.			
b) O percentual de participação da consorciada será aplicado sobre o seu próprio capital social ou patrimônio líquido, sendo o resultado somado e confrontado com o capital social ou patrimônio líquido mínimo exigido para o consórcio.			
c) Os índices deverão ser comprovados isoladamente.			
13.5.3.5. Comprovar possuir o Saldo Disponível (SD) que indique a capacidade de crescimento da atividade operacional da empresa maior que zero, resultante da aplicação da seguinte fórmula:			
SD = CCL – NIG			
SD = Saldo Disponível;			
CCL = Capital Circulante Líquido = Ativo circulante – passivo circulante;			
NIG = Necessidade de Investimento de Giro = ativo circulante operacional – passivo circulante operacional.			
14.6. Qualificação Técnica			
14.6.1. Qualificação Técnica Operacional	Não		Ofício 35 (SEI nº 9300780) - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA-PROFISSIONAL foram NÃO FORAM ATENDIDAS. Portanto, em se mantendo esse posicionamento relativo à qualificação técnica-profissional, entende-se, salvo melhor juízo, que não faz sentido a realização das diligências relacionadas à proposta orçamentária e à qualificação técnica-operacional sugeridas nos itens 6, 7 e 12 da presente manifestação.
14.6.2. Qualificação Técnica Profissional	Não		Anexo Planilha análise de qualificação técnica (SEI nº 9308928)
14.7. Declarações			

Requisito	Atendimento	Análise
14.7.1. - Declaração Unificada, conforme Anexo II deste Edital.	Sim	Declaração Unificada - Dialógica (SEI nº 9288480)
14.10. Todos os documentos apresentados para habilitação deverão ser apresentados em nome da licitante, com número do CNPJ e com o endereço respectivo. a) Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em seu nome; b) Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome desta, exceto àqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz; c) Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome e CNPJ da matriz e/ou em nome e CNPJ da filial.	Sim	Matriz.

5. CONCLUSÃO

5.1. Procedida as análises conforme acima detalhado, conclui-se pela INABILITAÇÃO, da empresa **DIALÓGICA SOCIOAMBIENTAL LTDA**, CNPJ: 26.062.519/0001-98, fundamentada no Ofício 35 (SEI nº 9300780) e Planilha análise de qualificação técnica (SEI nº 9308928) exarada pela Superintendência de Gestão Ambiental e Territorial - **SUGAT** e aprovado pela Diretoria de Empreendimentos - **DIREM**, em 23/01/2025, respectivamente, cujo mérito técnico é de inteira responsabilidade da unidade.

MARIA CECILIA MATTESCO CAIXETA
Presidente da Comissão de Licitação

Sônia Pinchemel de Carvalho Amorim
Membro

Luciana Madeiro Ximenes
Membro

Portaria nº 358, de 04 de dezembro de 2024 (SEI nº 9139409)
Despacho 287 (SEI nº 9199640)



Documento assinado eletronicamente por **Maria Cecília Mattesco Caixeta**, **Presidente de Comissão de Licitação**, em 23/01/2025, às 16:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANA MADEIRO XIMENES**, **Membro de Comissão de Licitação**, em 23/01/2025, às 16:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Sônia Pinchermel de Carvalho Amorim**, Membro de **Comissão de Licitação**, em 23/01/2025, às 16:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.transportes.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **9284475** e o código CRC **B1AC13F6**.



Referência: Processo nº 50050.006580/2024-15



SEI n° 9284475

SAUS, Quadra 01, Bloco 'G', Lotes 3 e 5. Bairro Asa Sul, - Bairro Asa Sul
Brasília/DF, CEP 70.070-010
Telefone: